

Terça-Feira, 30 de Junho de 2026

Comissão de Ética da Câmara aprova cassação de Glauber Braga; decisão irá ao Plenário

CONGRESSO

Correio Braziliense

A Comissão de Ética da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (9/4) o relatório do deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) que recomendou a cassação do mandato do deputado Glauber Braga (Psol-RJ). Foram 13 votos favoráveis e cinco contrários.

A sessão foi marcada por debates acalorados e por protestos por parte de deputados do Psol e da oposição. O tema irá ao plenário da Câmara.

Antes da aprovação, Glauber havia dito que faria uma greve de fome para protestar contra sua cassação. “Eu estou o dia inteiro em jejum. E eu não vou, a partir de agora, até o fechamento deste processo, me alimentar. Eu vou permanecer aqui aguardando com uma decisão irrevogável de que não serei derrotado pelo orçamento secreto”, disse Glauber, que prometeu ficar no plenário onde foi realizada a reunião.

A sessão no plenário da Câmara, que às quartas-feiras começa pontualmente às 16h — conforme acordo do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) com os líderes — sofreu atraso, apesar dos apelos de deputados do Psol no Plenário para que se iniciasse a ordem do dia. Se a ordem do dia fosse iniciada, a presidência da Comissão de Ética seria forçada a suspender a sessão.

Depois das 17h, diversos deputados de oposição chegaram à comissão, o que gerou discussões com deputados do Psol que já estavam presentes. Agentes da Polícia Legislativa Federal retiraram jornalistas e visitantes do local.

“O fato de até 17h30 não ter sido iniciada a Ordem do Dia no plenário dá o indicativo, o objetivo de que já existe um acordo para que a deliberação que vai acontecer aqui ocorra antes de iniciada a ordem do dia”, disse Glauber Braga.

Quando o presidente Leur Lomanto (União Brasil-BA) anunciou o resultado da votação para encerrar a discussão do relatório, o relator tomou a palavra. “Diante dessa algazarra e essa balbúrdia que se transformou essa comissão, eu mantenho meu relatório e é essa a posição do relator”, disse o deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), relator do caso de Glauber Braga. Os deputados do Psol protestaram. “Isso é um escárnio”, protestou o deputado Guilherme Boulos (Psol-SP).

Relembre o caso

O deputado responde na Comissão de Ética por ter expulsado da Câmara o militante do Movimento Brasil Livre (MBL) Gabriel Costenaro em abril de 2024. Durante uma discussão, ambos trocaram ofensas e subiram o tom.

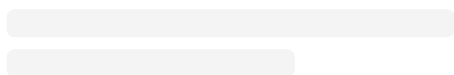
Em determinado momento, Glauber deixou seus pertences em um balcão e, apesar de colegas terem tentado detê-lo, empurrou Costenaro até a saída e lhe desferiu chutes. Os dois foram conduzidos ao Departamento de Polícia Legislativa.

Em sua defesa na Comissão de Ética, Glauber disse que o militante do MBL tinha histórico de perseguição contra ele e outros colegas e havia ofendido sua mãe, que morreu dias depois.

Para que a cassação seja aprovada no Plenário, são necessários os votos favoráveis de 257 de 513 deputados. Se a cassação for confirmada, o Psol deve recorrer ao Supremo Tribunal Federal para questionar o processo.



[Ver essa foto no Instagram](#)



Uma publicação compartilhada por Correio Braziliense (@correio.braziliense)